



O sofrimento do estudante universitário como Patologia Social: considerações sobre Sujeito e Subjetividade no capitalismo

The suffering of the university student as a Social Pathology: considerations on Subject and Subjectivity in capitalism

El sufrimiento del estudiante universitario como Patología Social: consideraciones sobre Sujeto y Subjetividad en el capitalismo.

Ana Furlong Antochewis
Renan Vieira de Santana Rocha

RESUMO

Neste artigo intenta-se analisar teórico-criticamente o fenômeno do sofrimento psicológico dos universitários brasileiros, no contexto do capitalismo, como patologia social. Metodologicamente desenvolvido enquanto um ensaio teórico-crítico, a partir do referencial materialista histórico-dialético, ampara-se também no uso recursivo de uma revisão narrativa acerca de estudos sobre o sofrimento psicológico do grupo em tela. A partir dessa fundamentação, propomos uma reflexão acerca da forma como a sociabilidade capitalista atua na formação da subjetividade e como a racionalidade neoliberal produz e gestiona o sofrimento psicológico na atualidade. Discutimos o fenômeno dos altos índices de sofrimento psicológico dos universitários brasileiros desde essa perspectiva de análise, na medida em que tais índices expõem a materialidade do sofrimento subjetivo produzido pela sociabilidade capitalista no contexto das universidades públicas brasileiras, através da gestão neoliberal e da assunção do ideário produtivista. Apontamos, finalmente, para a necessária recuperação do sentido social da Universidade no enfrentamento a essa realidade, deixando de ser espaço de reprodução da lógica neoliberal e quiçá recuperando seu compromisso democrático e cidadão.

Palavras-chave: universidade; neoliberalismo; subjetividade; patologia social.

ABSTRACT

This article attempts to theoretically-critically analyze the phenomenon of psychological suffering among brazilian university students, in the context of capitalism, as a social pathology. Methodologically developed as a theoretical-critical essay, based on the historical-dialectical materialist framework, it is also supported by the recursive use of a narrative review about studies on the psychological suffering of the group in question. Based on this foundation, we propose a reflection on the way in which capitalist sociability acts in the formation of subjectivity and how neoliberal rationality produces and manages psychological suffering today. We discuss the phenomenon of high rates of psychological suffering among brazilian university students from this analytical perspective, as such rates expose the materiality

of subjective suffering produced by capitalist sociability in the context of Brazilian public universities, through neoliberal management and the assumption of the productivity ideal. We finally point to the necessary recovery of the social meaning of the University in facing this reality, ceasing to be a space for the reproduction of neoliberal logic and perhaps recovering its democratic and citizen commitment.

Keywords: university; neoliberalism; subjectivity; social pathology.

RESUMEN

Este artículo intenta analizar teórico-críticamente el fenómeno del sufrimiento psicológico entre estudiantes universitarios brasileños, en el contexto del capitalismo, como una patología social. Desarrollado metodológicamente como un ensayo teórico-crítico, sustentado en el marco materialista histórico-dialéctico, se apoya también en el uso recursivo de una revisión narrativa sobre estudios sobre el sufrimiento psicológico del grupo en cuestión. A partir de este fundamento, proponemos una reflexión sobre la forma en que la sociabilidad capitalista actúa en la formación de la subjetividad y cómo la racionalidad neoliberal produce y gestiona el sufrimiento psicológico en la actualidad. Discutimos el fenómeno de las altas tasas de sufrimiento psicológico entre los estudiantes universitarios brasileños desde esta perspectiva analítica, ya que dichas tasas exponen la materialidad del sufrimiento subjetivo producido por la sociabilidad capitalista en el contexto de las universidades públicas brasileñas, a través de la gestión neoliberal y la asunción del ideal productivista. Señalamos finalmente la necesaria recuperación del significado social de la Universidad ante esta realidad, dejando de ser un espacio de reproducción de la lógica neoliberal y quizás recuperando su compromiso democrático y ciudadano.

Palabras-clave: universidad; neoliberalismo; subjetividad; patología social.

Introdução

Ainda que seja identificada como uma experiência exitosa, especialmente no contexto da desigualdade econômica e social do Brasil – e, portanto, das perspectivas de acesso ao Ensino Superior público, gratuito e de qualidade –, a vivência universitária apresenta diversos desafios ao público universitário, e tem gerado elevados índices de sofrimento psicológico nessa população. A atenção à saúde mental dos estudantes universitários tem emergido como uma preocupação cada vez mais premente, em função de diversos levantamentos epidemiológicos que apontam altos índices de sofrimento psicológico nessa população específica. Entretanto, o lugar-comum das produções teóricas e das análises acadêmicas têm privilegiado o aspecto de descrição epidemiológica – que é sim um recurso indispensável para a evidenciação da problemática abordada, mas que não avança, na maior parte das vezes, na discussão acerca do contexto social e histórico que produz e reproduz as condições relacionadas ao sofrimento psicológico no amplo da sociedade, bem como no grupo em tela.

Neste artigo, propomos uma análise em formato de ensaio teórico-crítico sobre essa questão (Meneghetti, 2011), utilizando o referencial materialista histórico-dialéctico como base teórico-metodológica para realizar uma análise aprofundada do fenômeno do sofrimento psicológico enquanto uma patologia

da sociabilidade capitalista, sendo objeto de análise o recorte específico do sofrimento psicológico dos estudantes universitários brasileiros na última década. Assim, apresentamos dois blocos de argumentação – o primeiro deles descrevendo a fundamentação teórica, a partir de uma revisão bibliográfica a respeito da perspectiva materialista história e dialética, e refletindo criticamente acerca das categorias “Sujeito” e “Subjetividade” no contexto da teoria marxista. O segundo bloco apresenta dados pertinentes e atuais acerca do sofrimento psicológico do público universitário, desde uma “revisão narrativa” acerca de produções teóricas sobre o tema (Rother, 2014), e os dados encontrados são então discutidos à luz do debate mais recente sobre os impactos do capitalismo na produção das “patologias do social”.

Nesse sentido objetivamos, ao examinar como a sociabilidade capitalista influencia a formação da subjetividade e como a racionalidade neoliberal impacta na produção e gestão do sofrimento psicológico dos estudantes universitários brasileiros, contribuir para uma compreensão mais ampla das dinâmicas sociais que permeiam a experiência universitária contemporânea. Temos a pretensão de apontar a necessidade desafiadora de que a universidade pública reflita criticamente sobre os prejuízos advindos de sucumbir à perspectiva gerencialista e produtivista alinhada ao ideário neoliberal, sob pena de alijar-se cada vez mais de seu papel social, perdendo seu potencial enquanto agente de transformação rumo a uma sociedade mais justa.

Sujeito e Subjetividade no Capitalismo

O trabalho foi uma das categorias centrais utilizadas por Karl Marx para o entendimento do funcionamento dinâmico do capitalismo, e tal categoria tem sido analisada, dentro da perspectiva materialista histórico-dialética, de formas continuamente mais complexas e diversas. O trabalho representa a ação que é executada pelo homem de forma a transformar a natureza para garantir sua subsistência – e, assim, o homem inaugura, para Marx, um novo plano existencial, que é continuamente transformado e que produz implicações, por conta dessas transformações, no próprio ser humano que o transformou inicialmente. Essa ampliação contínua de possibilidades marca a diferenciação do ser humano em relação aos demais animais, e situa o trabalho como o parâmetro que define a perspectiva ontológica do trabalho como fundante do ser social (Lessa e Tonet, 2011).

Essa relação do homem com o trabalho, para Marx (2010, p. 80), é atravessada pelo processo de “estranhamento”, o qual representa a exteriorização não só do produto do trabalho, mas também do processo de trabalho, do gênero humano e dos outros homens. O estranhamento ocorre na medida em que o produto do trabalho se objetiva de forma externa ao trabalhador. Nesse processo, o produto em si passa a ser caracterizado como um elemento estranho ao trabalhador, uma vez que ele contém a força vital do trabalhador, porém externalizado do mesmo – esse processo é a objetivação do trabalho, em que o produto não apenas retira

a potência do trabalhador, mas, uma vez estando no mundo, como objeto, torna o mundo exterior mais poderoso em relação ao trabalhador.

O trabalho humano, nesse sentido, produz implicações não apenas no homem, mas no mundo exterior, que é identificado como a natureza. Marx estabelece inicialmente a relação entre o homem e a natureza em duas dimensões – a natureza como fonte de recursos de subsistência e como fonte de recurso para a realização do trabalho. Ainda que fundamentalmente necessária para a vida reprodutiva genérica, a partir do trabalho humano, a natureza deixa de ser exclusivamente a fonte de provimento de recursos de subsistência, pois à medida em que ela se configura mais e mais como fonte de recursos para o trabalho, menos esses recursos estão disponíveis ao trabalhador para a sua subsistência. Essa mudança na relação entre homem e natureza também tem novas implicações para o trabalhador sob a perspectiva de como ele acessa o produto do seu trabalho.

No sistema capitalista, o pagamento pelo trabalho se apresenta como a realização perversa desse estranhamento, uma vez que o homem passa a ter que trabalhar (e assim receber o pagamento) para poder usufruir da natureza como recurso de subsistência (comprando os recursos com o que recebeu como pagamento): “O auge desta servidão é que somente como trabalhador ele pode se manter como sujeito físico e apenas como sujeito físico ele é trabalhador” (Marx, 2010, p. 81). Aprofundando a análise do estranhamento em direção ao ato da produção, Marx defende então que, ao ser externalizado do trabalhador (pois passa a ser forçado, não mais relacionado ao trabalho de subsistência) e tornar-se o meio para atender a necessidades secundárias, o trabalho passa a ser vivenciado como algo pertencente a outro (Marx, 2010, p. 82). Esse processo ocorre também na relação do trabalhador com o produto do seu trabalho e com a natureza, na relação do trabalho com o ato da produção em si (a própria atividade como estranha), e na relação do ser genérico do homem com o gênero humano e, finalmente, na relação consigo mesmo.

Se entendemos então, a partir de Marx, que a identificação do homem com seu ser genérico está dada na sua relação com a natureza, podemos entender como essa relação sofre o estranhamento pelo trabalho, inicialmente na esfera da atividade vital, da vida reprodutiva (geradora de vida) e, depois, na sua perspectiva de atividade consciente – ambas dimensões que determinam o ser genérico do homem. Logo: “o trabalho estranhado inverte a relação a tal ponto que o homem, precisamente porque é um ser consciente, faz da sua atividade vital, da sua essência, apenas um meio para a sua existência” (Marx, 2010, p. 85); dirá o autor, anunciando sua compreensão sobre como se transformará a própria consciência do homem em relação ao seu ser genérico.

Assim, na relação do homem com o próprio homem, ao se reconhecer como trabalhador, percebe que não apenas o produto de seu trabalho (assim como sua potência de trabalho) não pertence a ele, mas pertence a um outro homem. A partir desse entendimento, a noção de propriedade privada surge como “produto do trabalho exteriorizado e meio como se realiza essa exteriorização”

(Marx, 2010, p. 88), com a percepção do salário como forma de representação do estranhamento do trabalho. Para entender como o homem chegou ao trabalho estranhado, portanto, é necessário determinar a essência universal da propriedade privada como resultado do trabalho estranhado. E, nessa lógica, é possível estabelecer o estranhamento e a exteriorização como bases para a apropriação, que recebe um caráter de justificativa através da *civilização*. As atividades e experiências práticas do trabalhador (tanto o ato da produção e o produto em si) são apropriadas pelo não-trabalhador não somente em sua materialidade, mas também como abstração. Nesse sentido, “O não-trabalhador faz contra o trabalhador tudo o que o trabalhador faz contra si mesmo, mas não faz contra si mesmo o que faz contra o trabalhador” (Marx, 2010, p. 90) – o que fica evidenciado se se compreende que ele não produz, então não pode ter seu produto estranhado – ele só consome o que é produzido pelo outro.

Se o produto desse processo será a propriedade privada, fruto e meio através do qual esse estranhamento se realiza, é imprescindível destacar que tal processo ocorre não como uma realidade histórica determinada aprioristicamente ou mesmo natural, mas como um processo histórico em que a materialidade da vida é transformada pelas decisões e ações dos seres humanos, que em contrapartida sofrem os efeitos dessas mudanças e também são transformados no processo dialético. Como explicam Lessa e Tonet (2011), durante o processo histórico toda a sociedade é transformada, uma vez que cada ato de trabalho produz uma nova situação que, por sua vez, abre novas possibilidades e novas necessidades de intervenção humana. Nesse sentido, a evolução da sociedade, a complexificação e a ampliação das relações sociais e das relações de produção, atuarão de forma complementar na conformação de uma sociedade cada vez mais diversificada, que exigirá – no caso da sociedade capitalista – um maior desenvolvimento de elementos vinculados à individualidade. Esta será a base fundamental encontrada no processo de alienação, que se torna cada vez mais manifesto ao longo da conformação da divisão social do trabalho e da subsequente organização da sociedade em termos de classe. Nesse processo, as forças humanas e seus produtos, ao se externalizarem, se tornam estranhas e poderosas, a ponto de não apenas dominarem a vida humana, mas passarem a ser percebidas como algo natural, não mais como expressão da força humana ou da natureza (Lessa e Tonet, 2011).

Aprofundando as perspectivas apontadas por Marx, na busca das bases ontológicas que definem o ser humano, Lukács (2013) formulou a premissa de que a complexidade das interações do ser humano com a natureza implica em formação – e transformação – dos processos de subjetivação que constituem a consciência. Para o autor, as interações de fenômenos como *trabalho* e *linguagem* serão a base para a constituição da consciência do ser humano sobre a realidade e, assim, sobre si mesmo. A partir do método marxista, ele analisa o “complexo do ser” para chegar à conexão com a realidade material que permite desenvolver a ideia do “complexo do ser social”. A compreensão do trabalho surge para esse autor como elemento fundante do salto ontológico que traz o

ser humano da dimensão biológica para a dimensão social, pois ainda que o trabalho inicialmente possa nascer pela necessidade de sobrevivência, ele é um elemento que está presente de forma destacada na realidade humana após o salto ontológico, como realidade fundamentalmente conectada à continuidade da vida humana, mas complexificada (Lukács, 2013); ou seja, no trabalho mais primitivo, estão as pistas elementais do homem socializado que, adiante, de forma reflexiva, transmutará “valor de uso” em “valor de troca” – processo que ocorreu no desenvolvimento simultâneo da *linguagem* e da *socialidade*.

Para explicar esse processo, o autor detalha a compreensão de trabalho como “pôr teleológico”, como processo resultante da síntese entre intenção e causalidade – trabalho como finalidade do ser. Nesse sentido, o “pôr” – a finalidade executiva com um prévio planejamento, com a projeção de um ato novo – é o que determina o trabalho como categoria central na ontologia do ser social – e essa noção possibilita a ampliação do significado da teleologia do trabalho (Lukács, 2013).

O autor identifica contradição entre as filosofias idealistas que separam as funções da consciência humana da realidade material e retiram valor da relação do homem com a natureza, quando, na sua perspectiva, a práxis “aglutina” essas duas dimensões, e faz surgir um novo estágio do ser, no qual a consciência atua em articulação com a atividade humana sobre a natureza e, assim, sobre a própria realidade do humano enquanto ser biológico – o ser social, ultrapassando a perspectiva de adaptação ao ambiente, diferenciando o materialismo dialético do materialismo mecanicista (Lukács, 2013). Assim, o trabalho é a forma originária da práxis, que produz mudanças na realidade e novas materialidades que não são produzidas espontaneamente pela natureza.

Essa dinâmica traz um problema relacionado à interdependência entre dois atos heterogêneos: o “espelhamento” e o “correlato pôr das ideias causais”. O espelhamento funda os atos de consciência, pois apresenta ao ser a “separação entre os objetos que existem independentes do sujeito e os sujeitos que figuram esses objetos” (Lukács, 2013); diferenciação necessária no processo de trabalho, que distingue o homem da natureza e de seus produtos, e dos outros homens, e dá origem à noção de *self*, na medida em que passa a existir a consciência de uma realidade externa ao ser. Por isso a reprodução será sempre social, uma vez que ela surge de uma consciência que já está determinada pela lógica do trabalho.

Podemos entender então que a reprodução só acontece a partir do espelhamento, após a conscientização do aspecto de negação de ser do espelhamento, que deve acontecer pela práxis. Na práxis é que a fantasia de “ser” se confronta com a realidade de “ser espelho”, e a partir daí é que surge a possibilidade, pelas necessidades objetivadas, de se construir uma reprodução, ou uma produção original. A consciência só surge com a perspectiva de alternativas, e de escolha – fora disso, é epifenômeno, como nos demais animais.

A alternativa, “categoria mediadora com cuja ajuda o espelhamento da realidade se torna veículo do pôr de um ente” (Lukács, 2013, p. 73) é entendida como elemento do processo que rompe com a expectativa de mecanicismo no trabalho, pois ainda que haja um grande desenvolvimento da técnica, ela sempre será apenas um

elemento no contexto amplo das alternativas possíveis ao ser social. Uma vez que as alternativas possuem, na perspectiva ontológica do ser social, a conexão basal com o pôr teleológico vinculado ao trabalho ao qual essa alternativa se refere, não podem ser unicamente pautadas pelo seu status de desenvolvimento técnico, que é mutável (Lukács, 2013). Fazendo crítica à fetichização da racionalidade econômica e sua proposição de que as decisões devem ser feitas com base exclusiva na satisfação de necessidades concretas, o autor argumenta que, apesar de serem concretas (no sentido de serem possíveis/viáveis), as alternativas são relacionadas à finalidade produzida pelo sujeito em sua dimensão de ser social.

Assim, é central a noção de que o que nos conduz à condição humana é a capacidade de, a partir da relação com a natureza, percebê-la, e percebê-la em seguida como diferenciada de nós mesmos (o que já aponta para a construção da noção de eu), e tomar decisões mais ou menos complexas (a partir de alternativas que são geradas e determinadas pela realidade material e pela finalidade disposta no trabalho) no sentido de transformá-la, de acordo com nossa realidade, dentro de um contexto de desenvolvimento que só ocorre na perspectiva do convívio social num dado tempo histórico. E esse convívio social vai sendo construído e conformado continuamente, em processo dialético, a partir da relação dinâmica entre os novos problemas que se apresentam, os novos pores e as novas alternativas que surgem dessa interação, pois “O processo social real, do qual emergem tanto o pôr do fim quanto a descoberta e a aplicação dos meios, é o que determina – delimitando-o concretamente – o campo das perguntas e respostas possíveis, das alternativas que podem ser realmente realizadas” (Lukács, 2013, p. 77).

Somos, então, conduzidos ao entendimento de que, ao transpor a lógica de adaptação ao meio, o homem provoca mudanças na natureza que serão convertidas em mudanças no próprio homem, e transforma o processo de satisfação de necessidades em pores teleológicos dominados por atos de consciência, que fundam e transformam continuamente o ser social, um “complexo de complexos” (Lukács, 2013, p. 81). Nesse sentido, nos interessa especialmente o destaque proposto por Lessa e Tonet (2011) para a compreensão de que a dinâmica da compreensão de base materialista histórico-dialética não se limita às transformações materiais da vida, mas ao amplo cenário das dimensões subjetivas que são transformadas ao longo do desenvolvimento histórico da humanidade (Lessa e Tonet, 2011, p. 21).

Não obstante, a subjetividade, enquanto categoria, não recebe uma consideração homogênea no debate dos campos marxistas, especialmente por conta da difusão de uma racionalidade superficial e limitada em relação à centralidade do debate sobre a categoria “trabalho” na teoria marxista (Silveira, 2002). A forma como a racionalidade neoliberal tem operado no contexto do desenvolvimento humano e, portanto, na reprodução social de uma perspectiva de sentido da vida cada vez mais alinhada ao ideário consumista e imediatista, demonstram o quanto é necessário e urgente que se retire o debate sobre a subjetividade da margem das discussões dos campos marxistas.

Através do desenvolvimento das categorias “alienação” e “fetiche”, compreende Silveira (2002), Marx indicou a compreensão de que, para além das condições materiais determinantes destes fenômenos, os processos de simbolização ali envolvidos constituem a base do que poderemos compreender como os processos de subjetivação. À medida em que externalizam e assumem um poder mistificado, surge nos homens, em relação ao poder das coisas externalizadas, um “campo subjetivo” relacionado a essa usurpação de seu poder criador. A autora destaca aspectos determinantes da sociedade capitalista – tais como a intensificação da imediatividade, o aprofundamento contínuo das desigualdades sociais, a ingerência cada vez mais profunda da ideologia neoliberal nas conformações institucionais, entre outros – como os constituintes da forma como a lógica do capital vem sendo internalizada pelos sujeitos, que ao reproduzirem esses modos de funcionar na sociedade, acabam por reforçá-los, naturalizando-os ao *subjetificá-los* como a forma normal de vida em sociedade (Silveira, 2002).

Assim, a análise da subjetividade, pelo campo marxista, abre a possibilidade de romper com uma perspectiva de que a existência humana articula-se sob um falso antagonismo entre “materialidade” e “subjetividade”. Essa concepção, segundo a autora, é justamente o lastro sobre o qual a hegemonia burguesa tem amparado a constituição de uma ideologia que localiza os processos de subjetivação como alheios ao processo histórico, e assim prepara o indivíduo para uma assunção passiva de um violento processo de “moldagem” externa, em contraposição ao potencial subversivo de uma subjetividade que acolha a vivência material, a critique, e busque a emancipação humana de forma coletiva (Silveira, 2002).

Esta compreensão aponta o mesmo sentido proposto por Chagas (2013), de que a própria perspectiva dialética, no pensamento de Marx, considera a imanência de uma dimensão subjetiva que está presente no desenvolvimento de um sujeito humano que ocorre num tempo histórico. Ainda que seja mencionada em muitos excertos de seus textos uma ideia de que a vida material determina a consciência, apenas uma leitura superficial poderia deixar de perceber que esta relação não trata do fenômeno de forma cristalizada, mas inerentemente conectados e em processo constante de mútua afetação (Chagas, 2013).

Nesse sentido, está posta a fundamentação através da qual compreendemos que a análise sobre o sofrimento psicológico dos estudantes universitários não pode dar-se apenas amparada em recortes de fundamentação que privilegiem apenas descrições de sintomas ou de fazeres psiquiátricos-psicológicos, ou ainda compreensões limitadas ao tema da saúde mental, ou das políticas públicas, ou da assistência estudantil. A compreensão genuína do significado dessa realidade demanda um olhar atento para a materialidade sobre a qual a subjetividade humana se forma e se transforma.

Sofrimento Psicológico de Estudantes Universitários Como Patologia do Social

Em que pese nossa compreensão de uma constituição da subjetividade inerentemente vinculada à perspectiva materialista histórico-dialética, ao

observarmos a forma como se compreende, especialmente no meio acadêmico, a saúde mental enquanto categoria, podemos perceber um uso majoritário de conceitualizações que referenciam determinadas formulações que diferem epistemologicamente de nossa perspectiva. Há uma presença importante, na maioria dos textos científicos que abordam o sofrimento psicológico dos universitários, do uso de uma noção ampliada do conceito de saúde como estado de bem-estar bio-psíquico-social, tal como formulado pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Contudo, ainda que essa formulação considere não apenas a ausência de doenças para estipular o que é saúde, ela integraliza a perspectiva clínica relacionada ao modelo médico ocidental, na medida em que o estado de bem-estar, tal como designado, não recebe nenhuma problematização a respeito das realidades materiais e do tipo de opressão de classe a que os sujeitos são expostos nos diferentes recantos do mundo.

Além disso, podemos considerar que a saúde mental, em particular, se constitui como campo de conhecimento, especialmente no Ocidente, a partir da experiência histórica associada a políticas de segregação e violência institucional, através da qual não apenas o sofrimento psicológico, mas, antes disso, a expressão de subjetividades que emergem em desacordo com a ordem social, têm sido administradas pelos poderes instituídos de forma a imprimir uma narrativa sobre como é aceitável viver em determinadas sociedades (Foucault, 2017). A formulação científica do que entende-se por sofrimento psicológico, nesse sentido, tem acompanhado o desenvolvimento de perspectivas de desenvolvimento estatal que privilegiam uma ordem social pautada em homogeneização dos fazeres, pensares e sentires cotidianos. Desta forma, não apenas a conduta cotidiana tem sido instituída nesses parâmetros de “civilidade” – considerada como adequação às normas –, mas também tem sido construída uma concepção de sofrer psicológico que muda de acordo com as atualizações das normas sociais. Essas mudanças são indiscutivelmente interligadas, principalmente após a Revolução Industrial, ao sentido de “utilidade” do sujeito na sociedade, de sua capacidade de trabalho e produção dentro da lógica capitalista.

Como sabido, o desenrolar histórico que levou à constituição do Estado de Bem-Estar Social, ainda que recuperasse elementos de acesso à cidadania e preservação da dignidade humana, esteve muito ligado à noção de “sujeito de direitos” associada à capacidade laboral. No Brasil, conforme Adorno (1990), será após as denúncias de tratamento desumano nos asilos e hospitais psiquiátricos, feitas pelos movimentos sociais que assumiram a luta antimanicomial, que o sofrimento psicológico passa a receber atenção, na medida em que declara a urgência da reflexão sobre o que se entende e como se atende a esse tipo de sofrimento. Nesse sentido, ponderamos que a forma como as instituições – em processo dialético com seus membros – compreendem o conceito de saúde mental irá determinar como a instituição irá visualizar, pautar, planejar e agir sobre determinada temática.

As universidades públicas brasileiras, nesse sentido, têm se desenvolvido acompanhando a lógica do desenvolvimento estatal do País. Assim, em

um contexto de capitalismo dependente como é o do caso brasileiro, essas instituições são alvo prioritário para a implantação de estruturas de funcionamento e formas de gestão alinhadas aos interesses internacionais, comprometidas com a destruição da soberania nacional brasileira. A gestão neoliberal nas IFES tem se demonstrado através de diferentes aspectos (Antochevis e Machado, 2023), mas principalmente através da assunção do ideário neoliberal, especialmente na década de 90, através da implantação da cultura gerencialista (Pereira, 2020). Atualmente, é cada vez mais declarada sua capitulação a esta lógica a partir da implantação do produtivismo como parâmetro para a indicação de sucesso na tarefa institucional e pessoal – e, particularmente, pela implantação da noção de “empresariamento de si mesmo” (Dardot e Laval, 2016) como ideal de sujeito a ser desenvolvido no contexto da vida universitária.

Compreendemos que esta tem sido a lógica utilizada pelas Universidades Federais brasileiras – e pelos atores que fazem parte de sua institucionalidade – ao debruçar-se sobre o tema do sofrimento psicológico do público universitário (Antochevis e Rocha, 2024). Nesse panorama, o estudante universitário tem seu sofrimento psicológico acolhido pelos dispositivos responsáveis pela saúde mental do universitário, no âmbito de políticas muito diversificadas e particulares a cada instituição, como um problema exclusivamente restrito a sua dimensão enquanto sujeito individual, e não como sujeito enquanto ser social. Assim, as atividades de escuta e atenção ao universitário estabelecem-se a partir de seu sofrimento como um sintoma de algum quadro de adoecimento psicológico desde um corte médico, e a maioria das soluções apontadas e desenvolvidas apenas contemplam recursos que reduzam a expressão daquele sofrimento na dimensão da individualidade de cada estudante – especialmente através da oferta de atendimento psicológico clínico individual que, evidentemente, nunca é suficiente (Antochevis e Rocha, 2024).

Ao largo desse cenário, a maioria dos estudantes vivencia o cotidiano da universidade não como atores fundamentais, através dos quais a cidadania e a soberania nacional, enquanto valores sociais, poderiam se materializar e se expandir. O estudante universitário, na gestão neoliberal das IFES, é submetido à lógica produtivista, demandado continuamente a atender a critérios de excelência que presumem sua dedicação total e exclusiva à vida universitária, e também presumem que ele possui absolutamente todas as condições materiais e subjetivas necessárias para dar conta do universo de tarefas que lhes são cobradas: assistir aulas, estudar individualmente e em grupos, participar de atividades e projetos de ensino, pesquisa e extensão, produzir artigos científicos, participar das instâncias e espaços institucionais de discussão e deliberação política, etc. Essa miríade tão diversa e complexa de tarefas já seria impossível se os estudantes universitários tivessem, como mencionamos, dedicação exclusiva e condições materiais e subjetivas – o que está longe da realidade dessa população, no contexto de desinvestimento e ataques à Universidades públicas conduzidos pelo governo proto-fascista de Jair Bolsonaro, articulado e instalado a partir do golpe contra a Presidenta Dilma Roussef (Antochevis e Machado, 2023).

Notemos: a partir dos estudos encontrados em nosso levantamento, identificou-se que há grande profusão, especialmente nos últimos 10 anos, de levantamentos epidemiológicos sobre o sofrimento psicológico vivenciado pelo universitário, e mesmo sobre o próprio impacto da vivência universitária no surgimento e/ou piora de sofrimento psicológico deste público. Encontra-se uma grande profusão de publicações científicas que dão conta de apresentar como a população universitária tem externado – em terminologia técnica majoritariamente alinhada à perspectiva diagnóstica provida pela abordagem psiquiátrica tradicional – “sinais” e “sintomas” que atestam um sofrimento de ordem subjetiva que afeta profundamente a forma como conduzem suas vidas.

A maioria dos artigos científicos acerca da saúde mental dos estudantes universitários demonstra que eles apresentam uma menor qualidade de vida e apresentam índices de sofrimento mental maiores do que da população em geral – especialmente depressão, ansiedade e comportamentos suicidas (Crispim *et al.*, 2021; Paula *et al.*, 2020; Demenech *et al.*, 2023). Esses sofrimentos são identificados mais frequentemente e de forma mais intensa em determinados grupos e condições sociais: estudantes de instituições públicas, mulheres, pessoas com baixa renda, com hábitos prejudiciais à saúde (tabagismo, sedentarismo, poucas horas de sono, consumo abusivo de álcool e automedicalização), e pessoas que experienciaram discriminação racial, de idade, de classe (Tavolacci *et al.*, 2013; Graner e Cerqueira, 2019; Alahmar *et al.*, 2020; Oliveira *et al.*, 2020; Demenech *et al.*, 2023) ou particularmente preconceito em relação à orientação sexual (Cerqueira-Santos; Azevedo; Ramos, 2020; Paveltchuk e Borsa, 2020; Demenech *et al.*, 2023). Além desses aspectos, são identificadas a multifatorialidade relacionada ao seu adoecimento e a forte relação entre depressão e autopercepção dos universitários a respeito de sua capacidade de administrar a sobrecarga de demandas acadêmicas, além da sobrecarga de tarefas em si (Pozos-Radillo *et al.*, 2014; Arino e Bardagi, 2018; Graner e Cerqueira, 2019; Demenech *et al.*, 2023).

Nesse sentido, nossas análises parecem concordar com Penha, Oliveira e Mendes (2020), os quais, em revisão integrativa sobre produção acerca da saúde mental do estudante universitário, observaram um aumento de estudos sobre esse tema desde 2010, ponderando que o tema pode ter ganho mais destaque nas instituições governamentais e científicas após a implantação do PNAES. Contudo, apontam que as pesquisas realizadas referem-se fundamentalmente sobre os tipos/sintomas de adoecimento psíquico/emocional e prejuízos acadêmicos associados. É destacada pelos autores a identificação do fracasso nas ações de prevenção, e a sua percepção da importância de que o Programa seja alçado ao status de Lei (visto que é definido por Decreto), o que poderia proporcionar a estabilidade que falta para garantir a consolidação da política.

Cabe destacar que a pandemia de COVID-19 trouxe, entre suas consequências, o acirramento do sofrimento psicológico, seja por conta do medo do contágio, pelo contágio em si e suas vicissitudes, pelas dificuldades em lidar com o isolamento social, pelas dificuldades econômicas impostas pelo período, pela

transversalidade de diversas formas de luto vivenciadas, e particularmente pela confluência de todos esses fatores (Demenech *et al.*, 2021). Em artigo de revisão narrativa sobre o impacto da pandemia na saúde mental de universitários (Sunde, 2021) é destacada a prevalência da identificação de sintomas clínicos psiquiátricos – depressão, ansiedade, transtornos de luto e raiva – agravados durante a pandemia. São identificados como fatores estressores o medo de contaminação, medo de perder familiares e a incerteza sobre o retorno às aulas – especialmente para concluintes, alunos estrangeiros e alunos de outros estados. Como maiores dificuldades são destacadas, nos trabalhos investigados, as limitações quanto ao acesso a equipamento de tecnologia para manter as atividades online (*smartphones*, *tablets* e computadores) e quanto ao acesso à internet de qualidade. Além disso, é destacada, no conjunto dos artigos, a percepção de insuficiência de serviços de apoio psicológico online para os universitários durante a pandemia.

Ainda sobre o contexto pandêmico, Carvalho e Silveira (2021) avaliaram as dificuldades que o público universitário enfrentou em função do ensino remoto emergencial, bem como os desafios e estratégias de enfrentamento vivenciados por essa população. Os autores destacam o agravamento do sofrimento dos que já apresentavam diagnóstico psiquiátrico, além do impacto percebido pelos respondentes do isolamento: afastamento da rede socioafetiva, sedentarismo e as preocupações financeiras. Entretanto, referem o entendimento do grupo pesquisado sobre o impacto positivo da manutenção dos auxílios estudantis no período, ainda que fossem necessárias mais oportunidades, em relação às ações em saúde mental, de ofertas de escuta online durante a pandemia.

Nesse sentido, ainda que se compreenda o ingresso na vida universitária como uma vitória particular e social, especialmente em um país com marcante desigualdade educacional como o Brasil, sabemos que é um momento em que interagem vários processos de crise e adaptação – desde crises típicas relacionadas às fases do desenvolvimento, bem como as dificuldades de adaptação às novas formas de relação com colegas, com professores, com conteúdos e formas de ensino, com a própria institucionalidade e seus processos. Tudo isto ocorre em concomitância, e a tal somam-se as eventualidades e desafios da materialidade da vida cotidiana – acesso a renda, transporte público de qualidade, segurança, eventos familiares que vão do adoecimento ao luto, passando pela gravidez e cuidado de filhos, a estruturalidade do racismo institucional, as opressões relacionadas a gênero e sexualidade, etc. Nesse cenário, a desigualdade e a injustiça social são identificadas como fatores que aumentam o sofrimento psicológico nas parcelas mais vulnerabilizadas da população que acessa ao Ensino Superior. (Demenech *et al.*, 2023).

Esta perspectiva alinha-se às compreensões formuladas na V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES, realizada em parceria pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – ANDIFES com seu órgão assessor, o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis -

FONAPRACE. Este último levantamento, em seu texto de apresentação, para além de caracterizar a população alvo, contextualiza histórica e politicamente as edições de pesquisas realizadas destacando o impacto, nas políticas de assistência estudantil, do alinhamento à lógica gerencialista no período pós-democratização, bem como dos processos de reestruturação e expansão dos governos progressistas, a partir de 2003 (ANDIFES/FONAPRACE, 2018).

O relatório da pesquisa foi desenvolvido em perspectiva comparativa com os levantamentos anteriores, e considerou também dados estatísticos de outros censos nacionais, de forma a apresentar não apenas um panorama descritivo, mas uma compreensão complexificada a respeito da correlação entre a caracterização encontrada e a realidade de desigualdades sociais e seu impacto no acesso e permanência no Ensino Superior (ANDIFES/FONAPRACE, 2018). Nesse sentido, em relação aos dados referentes ao sofrimento psicológico dos universitários, o tema é abordado tangencialmente, aproximando a percepção de sofrimento a determinados contextos de vulnerabilidade (privação socioeconômica, fragilização de vínculos e de pertencimento social) que podem atuar de forma combinada entre si, implicando em maiores e mais profundos sofrimentos por parte dos universitários (ANDIFES/FONAPRACE, 2018). Os dados específicos sobre saúde mental apontam para uma evidência do aumento, ao longo dos anos, do volume de alunos que informam sobre sofrimento psicológico, bem como agravamento dos sintomas identificados:

O percentual de estudantes que disseram conhecer alguma dificuldade emocional é de 83,5%. Ansiedade afeta 6 a cada 10 estudantes. Ideia de morte afeta 10,8% da população-alvo e pensamento suicida 8,5%. Relativamente à IV Pesquisa, o percentual de estudantes com ideação de morte era 6,1%, enquanto pensamento suicida afetava 4%. Está acesa a luz vermelha da atenção à saúde mental. Um crescimento preocupante não fosse o fato de que o suicídio já é considerado a segunda causa de morte entre o público universitário e, ao que parece, segue em franca ascensão no mundo inteiro (ANDIFES/FONAPRACE, 2018, p. 229).

Os dados evidenciados sobre o sofrimento dos universitários e sua relação com as questões de desigualdade social provocam uma inquietação reflexiva não apenas em relação ao volume e grau de sofrimento que está absolutamente identificado, sob parâmetros clínicos de diagnóstico psiquiátrico, mas especialmente apontam para um sofrer que extrapola, em termos científicos, os próprios dados de sofrimento psicológico, identificado na população em geral. Essa dinâmica, entretanto, ao ser identificada e analisada apenas sob o viés da epidemiologia, ainda que considerando determinantes sociais da doença que demonstram o impacto da desigualdade social no sofrimento, parece demonstrar como é operacionalizada a racionalidade neoliberal no contexto da análise sobre o sofrimento psicológico dos universitários brasileiros.

Mais particularmente, esse argumento foi analisado por Maia (2022), amparado na discussão proposta por Safatle, Silva Junior e Dunker (2021b) a respeito da perspectiva neoliberal de gestão do sofrimento psíquico, considerando que

a confluência desses processos de sofrimento psicológico e desigualdades demonstra-se em toda a sua potência nas universidades, e pode ser identificado não apenas no corpo universitário, mas em toda a comunidade acadêmica. Nesse sentido, acompanhamos a compreensão do autor de que o sofrimento que resulta do mal-estar produzido por uma realidade de desigualdades passou a ser identificado, nas universidades, através da nomeação em sintomas psiquiátricos e em associação com a perspectiva empresarial de desempenho acadêmico (Maia, 2022, p. 128). Concordamos, nesse sentido, com a defesa do autor de que:

Nosso sofrimento, enquanto uma experiência universalmente humana, ganha expressão objetiva no mundo através de determinadas circunstâncias históricas, culturais e sociais. Essas experiências negativas são moldadas objetivamente pela singularidade existencial de cada sujeito, ainda que sob determinações históricas e sociais. Assim, nossas formas de sofrer são permeadas por uma gramática radicalmente social (Maia, 2022, p. 29).

Dentre as diversas correntes teóricas que se debruçam sobre o tema da compreensão do sofrimento psicológico, a Psicanálise tem se constituído como um dos campos de saber em que emergem importantes considerações a respeito da relação entre a constituição do sujeito humano e de sua subjetividade no desenvolvimento da sociedade. Ainda que escolas psicanalíticas tenham se desenvolvido com orientações mais ou menos ortodoxas, há um movimento de pensamento psicanalítico que faz aproximação entre as compreensões do campo da subjetividade e do campo da Teoria Social Crítica – o que coaduna com nossa perspectiva de compreensão do fenômeno em voga a partir da perspectiva do materialismo histórico-dialético.

Entendendo que o sofrimento psíquico, portanto, é um processo que reflete e transforma-se ao longo do desenvolvimento sócio-histórico, Sigmund Freud – atento aos riscos eminentes da tentativa de cristalização dos processos psicoterapêuticos que se anunciava em consonância com o espírito de homogeneização e fragmentação de processos que começava a exercer domínio na mentalidade de sua época – indicou a importância de se manter em mente a “incompletude do conhecimento” como baliza ética na formação dos psicanalistas (Iannini e Santiago, 2020). Além disso, especialmente no contexto pós-Primeira Guerra Mundial, Freud mobilizou a comunidade psicanalítica no sentido de que a psicanálise, mais do que ser reconhecida como campo científico, fosse referenciada ao atendimento das necessidades populares, inserida no contexto de política pública de atenção ao sofrimento psicológico. Dizem-nos Iannini e Santiago (2020) que, especialmente após a publicação da obra “Cultura, sociedade, religião: o mal-estar na cultura e outros escritos”, é inaugurada uma nova perspectiva psicanalítica, que irá aprofundar a aproximação entre o campo de estudos culturais e sociológicos – perspectiva que demonstra a compreensão visionária de Freud a respeito do risco apresentado pela constituição de uma subjetividade humana que aceitasse a opressão e a injustiça social como formas de manutenção da ordem social.

No Brasil, será o psicanalista Christian Dunker um dos principais expoentes da recuperação desta perspectiva, produzindo reflexões sobre o sofrimento psíquico na ordem neoliberal. Para o autor, a nomeação do sofrimento, e as subsequentes formulações sobre caracterização dos sofreres, irá constituir a base da hegemonia da perspectiva da medicalização do sofrimento no Ocidente. Parte-se da compreensão de que a lógica neoliberal atua de forma hegemônica na construção da própria concepção de sofrimento psíquico e, por conseguinte, nas formas de atuação sobre como esse sofrimento é identificado (Safatle; Silva Junior e Dunker, 2021a, 2021b). Defendem os autores, então, que existe uma força performativa do neoliberalismo sobre a forma hodierna de sofrimento psíquico que não se limita apenas ao acirramento ou à medicalização desse sofrimento:

Ela não atua meramente como coerção comportamental, ao modo de uma disciplina que regula ideais, identificações e visões de mundo. Ela molda nossos desejos, e, nesse sentido, a performatividade neoliberal tem igualmente efeitos ontológicos na determinação e produção do sofrimento. Ela recodifica identidades, valores e modos de vida por meio dos quais os sujeitos realmente modificam a si próprios, e não apenas o que eles representam de si próprios (Safatle; Silva Junior e Dunker, 2021b, p. 11).

Para os autores, a generalização de princípios empresariais nas mais diversas dimensões da vida humana será uma das formas através das quais o neoliberalismo conseguirá ser internalizado pelos sujeitos, gerando uma forma de pensar o próprio sofrimento e o seu manejo que se aproxima o máximo possível da lógica gerencialista empresarial. Imerso nessa lógica, o papel da própria Psicologia, enquanto campo não apenas de conhecimento, mas também político, será deformado inclusive nas técnicas de intervenção terapêutica, as quais “começaram por obedecer, de forma cada vez mais evidente, a padrões de avaliação e de gerenciamento de conflitos vindos do universo da administração de empresas” (Safatle; Silva Junior e Dunker, 2021a).

Segundo Dunker (2011), esse processo pode ser compreendido em relação às transformações de como tem se constituído historicamente o processo de diagnóstico na Psicanálise, acompanhando as transformações da subjetividade ao longo dos tempos. Diagnóstico, nesse sentido, refere-se à forma como um campo do saber que estuda a subjetividade entende o que é sofrimento, e designa como esse sofrimento se expressa em manifestações que são categorizadas sob uma gramática de sintomas (Dunker, 2011, p. 116). Assim, ao contrário da busca por definições estruturais que se observa na forma como a psiquiatria desenvolve suas categorias de sofrimento e sintoma, em uma perspectiva universalizante de definição de quadros patológicos e sintomatológicos, o desenrolar das formulações sobre a perspectiva diagnóstica, na Psicanálise, identifica uma diferenciação fundamental no que diz respeito à compreensão da existência de outras dimensões em interação no processo diagnóstico:

o diagnóstico se faz sobre uma forma de vida que deve incluir ou pressupor suas próprias práticas, produtivas ou improdutivas, de nomeação (autodiagnóstico), sua economia social de conversão,

determinativa ou indeterminativa, do sofrimento em sintoma ou mal-estar (interdiagnóstico), bem como sua inserção em dispositivos práticos ou institucionais de tratamento da falta ou excesso (paradiagnóstico) (Dunker, 2011, p. 117).

Ou seja, ainda que a teoria psicanalítica possua em seu horizonte um viés universalizante, porquanto se insere no campo dos saberes que sofrem ainda impacto do paradigma científico positivista – que se pode entender como a “paradiagnóstica” –, há uma ressalva na continuidade das reflexões sobre seu próprio método. Essas reflexões apontam para a compreensão de que o sofrimento possui uma dimensão particular, uma significação individual, “autodiagnóstica”, que se transforma e ressignifica ao longo da relação com a escuta do profissional que transpõe esse sofrimento em uma nova gramática – sintoma –, “interdiagnóstica”. Por isso se constitui um esforço, na prática de orientação psicanalítica, pela garantia de uma maior liberdade no processo de formulação da nomeação do sofrimento, uma vez que o sofrimento subjetivo não pode ser datado – pois ainda que possa ser significado e nomeado, essas designações sofrem limitações contextuais relacionadas à materialidade da vida e do tempo histórico.

Considerando-se, então, que o “estado da arte” sobre o sofrimento psicológico dos universitários apresenta um panorama homogêneo de caracterização do sofrimento a partir da gramática cristalizada da terminologia sintomatológica psiquiátrica, podemos inferir, ao refletir com base nas provocações advindas das formulações apresentadas acima, que o gigantesco contingente de adoecidos, o gigantesco volume de sofreres identificado na população referida, está identificando menos um quadro clínico – porquanto clínica se entenda o debruçar-se de um médico sob um paciente enfermo para oferecer-lhe a cura – e mais um quadro de *patologia social*, no sentido de que demonstra os efeitos do recrudescimento da racionalidade neoliberal no contexto universitário, de forma a instalar um mal-estar.

Finalmente, podemos considerar esse mal-estar, então, como uma patologia social: um sofrer difuso não-dito, que a definição em sintoma até pode nomear, mas não explica; que o profissional enxerga no seu paciente e até tenta curar, mas não alcança – pois sua solução não passa pela lógica da cura, uma vez que não está instalado naquele que sofre, mas na dinâmica de reprodução social da racionalidade neoliberal (neste caso, no cotidiano das IFES).

Considerações Finais

É inegável reconhecer que os governos progressistas brasileiros, a partir de 2003, estabeleceram um conjunto de políticas que trouxeram avanços ao público estudantil, especialmente o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) no contexto do Ensino Superior brasileiro (BRASIL, 2010). Este programa tem sido um pilar fundamental na concretização de políticas de democratização do acesso à educação, particularmente para jovens provenientes de famílias de

classe trabalhadora historicamente marginalizadas. Contudo, ao examinar mais detalhadamente a atuação das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) em relação à saúde mental dos estudantes, torna-se evidente a presença de limitações significativas. As ações implementadas pelas IFES, embora alinhadas ao PNAES, têm sido insuficientes no que diz respeito à atenção integral à saúde mental dos universitários, pois são amparadas em uma abordagem limitada, centrada na concepção de saúde mental como um fenômeno individual e sintomático, em vez de considerar suas raízes sociopolíticas, revelando a influência da ideologia neoliberal predominante. Esta perspectiva burocrática e fragmentada dificulta a promoção de políticas eficazes que abordem as complexas demandas psicossociais dos estudantes.

Como pudemos observar através de nossa análise sobre os índices de sofrimento do público universitário, não apenas essa população não possui as condições materiais e subjetivas de arcar com a tarefa universitária, como expressa essa falência através da expressão de suas subjetividades, como sofrimento psicológico, ao tentar em vão atender à demanda produtivista da universidade. Ademais, essa vivência ocorre em concomitância ao amplo da vida cotidiana no contexto do capitalismo. Ou seja, além de ser estudante universitário – e enfrentar os desafios já apontados – esse sujeito vive a dinâmica de alienação do seu trabalho e de sua própria essência como ser social, em uma realidade de opressão sistemática dos seres humanos que vivem sob a lógica do capital. Portanto, o público universitário demonstra como a agenda neoliberal exige desse sujeito o cumprimento de uma tarefa impossível, em um contexto crítico de produção e reprodução da sociabilidade capitalista, levando-o a níveis de esgotamento físico e mental que estão na base da expressão desta “patologia do social”.

A ausência de debates sobre o contexto sociológico que envolve o sofrimento psicológico do universitário faz com que as políticas públicas, e todas as ações das instituições universitárias no enfrentamento a esse problema apenas acompanhem a lógica de alienação tal como apresentada pela teoria marxista. O seu sofrer é alienado de seu sentido ontológico, pois que está apresentado não como uma vivência disruptiva (que denuncia a cisão do homem consigo mesmo, com os outros e com a natureza), mas como um sintoma – quantificável e suficiente em si. Esta lacuna impede uma reflexão profunda sobre o propósito da universidade na vida dos estudantes e no desenvolvimento da sociedade.

Concluimos, portanto, que apesar dos esforços do PNAES, as IFES ainda enfrentam desafios significativos na promoção da saúde mental dos estudantes. É imperativo que futuras pesquisas se concentrem nas patologias sociais subjacentes às ações das instituições, ampliando a discussão sobre saúde mental, sujeitos e subjetividades no contexto neoliberal. Além disso, é fundamental que as gestões universitárias adotem uma abordagem mais crítica na formulação de políticas, levando em consideração as vozes e necessidades da comunidade acadêmica. Somente assim poderemos avançar em direção a uma compreensão mais ampla e emancipatória da saúde mental no ambiente universitário, desvinculada das lógicas produtivistas e alienantes do neoliberalismo.

Referências

- ADORNO, Sergio. A gestão filantrópica da pobreza urbana. *São Paulo em Perspectiva*, v. 4, n. 2, p. 8-17, 1990. Disponível em: https://biblio.fflch.usp.br/Adorno_S_814969_GestaoFilantropicaDaPobrezaUrbana.pdf Acesso em: 13 jan. 2024.
- ALAHMAR, Ulysses *et al.* Fatores associados ao estresse percebido em universitários. *RBONE – Revista Brasileira de Obesidade, Nutrição e Emagrecimento*, v. 14, n. 85, p. 330-339. 2020. Disponível em: <https://www.rbone.com.br/index.php/rbone/article/view/1270> Acesso em: 24 out. 2023.
- ANTOCHEVIS, Ana Furlong; MACHADO, Carlos Roberto. (2023). Consideraciones sobre la crisis del sentido de las universidades bajo gestión neoliberal. *Revista Sudamericana De Educación, Universidad Y Sociedad*, 11(1), 100–113. Disponível em: <https://doi.org/10.48163/rseus.2023.111100-113> Acesso em: 23 set. 2023.
- ANTOCHEVIS, Ana Furlong; ROCHA, Renan Vieira da Santana. (2024). Impacto da gestão neoliberal na atenção ao sofrimento psicológico de estudantes universitários. *Cadernos Cajuína*, 9(2), e249217. Disponível em: <https://doi.org/10.52641/cadcajv9i2.236> Acesso em: 19 fev. 2024.
- ARINO, Daniela Ornellas; BARDAGI, Marúcia Patta. Relação entre Fatores Acadêmicos e a Saúde Mental de Estudantes Universitários. *Psicol. Pesq.*, v. 12, n. 3, p. 44-52, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.24879/2018001200300544> Acesso em: 24 out. 2023.
- BRASIL. Decreto N.º 7.234, de 19 de julho de 2010. Brasília: Diário Oficial da União, 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm Acesso em: 24 out. 2023.
- CARVALHO, Carla Jesus de; SILVEIRA, Maria de Fátima. (About) experiences, mental health and coping the pandemic of university students in socio-economic vulnerability. *Research, Society and Development*, v. 10, n. 14, e288101421955, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.33448/rsd-v10i14.21955> Acesso em: 24 out. 2023.
- CERQUEIRA-SANTOS, Elder; AZEVEDO, Hanna Valença; RAMOS, Mozer de Miranda. Preconceito e Saúde Mental: Estresse de Minoria em Jovens Universitários. *Revista de Psicologia da IMED*, v. 12, n. 2, p. 7-21, 2020. Disponível em: <https://seer.atitus.edu.br/index.php/revistapsico/article/view/3523> Acesso em: 24 out. 2023.
- CHAGAS, Eduardo. O pensamento de Marx sobre a subjetividade. *TRANS/FORM/AÇÃO: Revista de Filosofia*, v. 36, n. 2, p. 63-84, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-31732013000200005> Acesso em: 15 set. 2023.
- CRISPIM, Marília de Oliveira *et al.* Prevalence of suicidal behavior in young university students: A systematic review with meta-analysis. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, v. 29, e3495, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1518-8345.5320.3495> Acesso em: 24 out. 2023.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2016.
- DEMENECH, Lauro Miranda. *et al.* Prevalence of anxiety, depression and suicidal behaviors among Brazilian undergraduate students: A systematic review and meta-analysis. *Journal of Affective Disorders*, v. 282, p. 147-159, 2021. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/33418361/> Acesso em: 24 out. 2023.
- DEMENECH, Lauro Miranda *et al.* Estresse percebido entre estudantes de graduação: fatores associados à influência do modelo ENEM/SiSU e possíveis consequências sobre a saúde. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, v. 72, n. 1, p. 19-28, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0047-208500000398> Acesso em 24 out. 2023.

- DUNKER, Christian Ingo Lenz. Mal-estar, sofrimento e sintoma: releitura da diagnóstica lacaniana a partir do perspectivismo animista. *Tempo Social*, v. 23, n. 1, p. 115-136, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-20702011000100006> Acesso em: 19 ago. 2023.
- FOUCAULT, Michel. *História da loucura: na Idade clássica*. 11. ed. São Paulo: Perspectiva, 2017.
- GRANER, Karen Mendes.; CERQUEIRA, Ana Teresa de Abreu. Revisão integrativa: sofrimento psíquico em estudantes universitários e fatores associados. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 24, n. 4, p. 1327-1346, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232018244.09692017> Acesso em 24 out. 2023.
- IANNINI, Gilson; SANTIAGO, Jesus. Mal-estar: clínica e política. In: FREUD, S. *Obras incompletas de Sigmund Freud: cultura, sociedade, religião*. Belo Horizonte: Autêntica, 2020, p. 33-64.
- LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. *Introdução à filosofia de Marx*. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- LUKÁCS, György. *Para uma ontologia do ser social*, 2. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MAIA, Heribaldo. *Neoliberalismo e sofrimento psíquico: o mal-estar nas universidades*. Recife: Ruptura, 2022.
- MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MENEGHETTI, Francis Kanashiro. O que é um ensaio-teórico? *Revista de Administração Contemporânea*, v. 15, n. 2, p. 320–332, mar. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1415-65552011000200010> Acesso em: 15 set. 2023.
- OLIVEIRA, Ellaine Santana et al. Estresse e comportamentos de risco à saúde entre estudantes universitários. *Rev. Bras. Enferm.*, v. 73, n. 1, e20180035, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2018-0035> Acesso em: 24 out. 2023.
- PAULA, Waléria de et al. Prevalence of anxiety, depression, and suicidal ideation symptoms among university students: a systematic review. *Brazilian Journal of Health Review*, v. 3, n. 4, p. 8739-8756, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.34119/bjhrv3n4-119> Acesso em: 24 out. 2023.
- PAVELTCHUK, Fernanda de Oliveira; BORSA, Juliane Callegaro. A teoria do estresse de minoria em lésbicas, gays e bissexuais. *Rev. SPAGESP*, v. 21, n. 2, p. 41-54, 2020. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702020000200004 Acesso em: 24 out. 2023.
- PENHA, Joaquim Rangel; OLIVEIRA, Cleide Correia; MENDES, Ana Virginia. Saúde mental do estudante universitário: revisão integrativa. *Journal Health NPEPS*, v. 5, n. 1, p. 369-395, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/jhnpeps/article/view/3549> Acesso em: 24 out. 2023.
- PEREIRA, Rafael Silveira. *A universidade eficiente no Brasil: reflexões sobre a política nacional de avaliação e a gestão universitária*. 1. ed. Florianópolis: Enunciado, 2020.
- POZOS-RADILLO, Blanca Elizabeth et al. Academic stress as a predictor of chronic stress in university students. *Psicologia educacional*, v. 20, n. 1, p. 47-52, 2014. Disponível em: <https://journals.copmadrid.org/psed/art/j.pse.2014.05.006> Acesso em: 24 out. 2023.
- ROTHER, Edna Teresinha. Revisão sistemática X revisão narrativa. *Acta Paulista De Enfermagem*, 20(2), v–vi, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-21002007000200001> Acesso em: 14 fev. 2023.

SAFATLE, Vladimir; SILVA JUNIOR, Nelson da; DUNKER, Christian. (Orgs.). *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2021a.

SAFATLE, Vladimir; SILVA JUNIOR, Nelson da; DUNKER, Christian. (Orgs.). *Patologias do social: Arqueologias do sofrimento psíquico*. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2021b.

SILVEIRA, Maria Lídia Souza da. Algumas notas sobre a temática da subjetividade no âmbito do marxismo. *Revista Outubro*, n. 7, p. 103-113, 2002. Disponível em: <http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edic%CC%A7a%CC%83o-7-Artigo-08.pdf> Acesso em: 13 jan. 2024.

SUNDE, Rosário Martinho. Impactos da pandemia da COVID-19 na saúde mental dos estudantes universitários. *PSI UNISC*, v. 5, n. 2, p. 33-46, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.17058/psiunisc.v5i2.16348> Acesso em: 24 out. 2023.

TAVOLACCI, Marie Pierre *et al.* Prevalence and association of perceived stress, substance use and behavioral addictions: a cross-sectional study among university students in France, 2009-2011. *BMC Public Health*, v. 13, n. 724, 2013. Disponível em: <https://bmcpublichealth.biomedcentral.com/articles/10.1186/1471-2458-13-724> Acesso em: 24 out. 2023.

Ana Furlong Antochevis

Psicóloga. Técnica Administrativa em Educação – Psicóloga na Universidade Federal de Rio Grande (FURG). Mestre e Doutoranda em Educação Ambiental pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental (PPGEA/FURG) e Mestre em Estado, Governo e Políticas Públicas pela Faculdade Latinoamericana de Ciências Sociais (FLACSO).

 ana.furlongantochevis@gmail.com

 <http://lattes.cnpq.br/5275922101629881>

 <https://orcid.org/0000-0001-7256-2596>

Renan Vieira de Santana Rocha

Psicólogo. Doutor em Saúde Coletiva (UFBA). Professor da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), junto ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Políticas Sociais (PPGSSPS/UNIFESP) e ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências da Saúde (PPGICS/UNIFESP). Coordenador do Circuladô: Núcleo de Estudos em Saúde Coletiva, Saúde Mental e Relações Étnico-Raciais (CIRCULADÔ/UNIFESP).

 renan.rocha@unifesp.br

 <http://lattes.cnpq.br/6703546267405322>

 <http://orcid.org/0000-0003-4981-2854>